P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54

Centro de Documentação e de Publicações
FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA SEMANAL

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO	17 JAN. 1980	POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

SEGUNDO O «FINANCIAL TIMES»:

Economia portuguesa melhora

LONDRES (TEMPO) – Sob este título e assinado por Robert Burns, o jornal «Financial Times» publicou na sua edição de 17 de Dezembro de 1979 o artigo que a seguir se transcreve:

Não obstante as dificuldades de gerir uma economia numa sucessão de crises governamentais, Portugal conseguiu, surpreendentemente, equilibrar a sua vida, circunstância que foi particularmente notável na melhoria da sua posição externa.

Nos últimos doze meses o défice acusou uma descida de 50%, para se situar em menos de 400 milhões de dólares (cerca de 20 milhões de contos), o que representa 2% do produto interno bruto, em comparação com 4% em 1978 e 9% em 1977.

De acordo com estatísticas do Ministério do Plano, o défice da balança comercial de Portugal, que o ano passado foi de 2,3 biliões de dólares (aproximadamente 115 milhões de contos), baixará ligeiramente este ano, em resultado de uma quebra da procura interna e do efeito da desvalorização do escudo na competitividade das exportações. Estas aumentarão 16%, enquanto as importações crescerão apenas 3%. O défice da balança comercial tem sido equilibrado pelo aumento substancial das receitas dos invisíveis.

As perspecticas do comércio português no próximo ano indicam um decréscimo da taxa das exportações e uma ligeira subida da das importações. Esta tendência reflecte as condições gerais nos mercados internacionais. Na frente interna; as importações serão afectadas por uma esperada aceleração da actividade económica interna.

Reflectindo essa grande melhoria da balança de pagamentos, as autoridades evitaram vender mais ouro em 1979, contrariamente ao que haviam feito em 1976 e 1978. Segundo estatísticas recentemente divulgadas pelo Banco de Portugal, a quantidade de ouro agora empenhada como garantia representa 17% das reservas totais de 688 toneladas.

O total das reservas oficiais de ouro, ao preço de 300 dólares a onça, está avaliado em cerca de 6,6 biliões de dólares (mais ou menos 330 milhões de contos). As reservas totais do sistema bancário estão computadas em 7,5 biliões de dólares (cerca de 375 milhões de contos). Este montante é agora superior à dívida externa total e representa 16 meses de importações.

Os dois pontos negros da economia têm sido a incapacidade do Governo de exercer um controlo orçamental global dentro dos limites primeiramente definidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e a tendência que a inflação tem revelado de se manter acima dos valores previstos: presentemente, está a processar-seà taxa anual de 26%.

PERSPECTIVAS

Todavia, em termos de perspectivas económicas a curto prazo, a melhoria da balança de pagamentos significa que em 1980 Portugal terá mais espaço de manobra. Em particular, parece que o acesso de Portugal ao mercado financeiro internacional já não depende, como sucedia em fins de 1978, da aprovação do FMI.

O empréstimo de 300 milhões de dólares (aproximadamente 15 milhões de contos) assinado nos princípios de 1979, após ter expirado a «carta de intenções» ao FMI, foi a primeira indicação dos sinais de independência. Deve notar-se, contudo, que a maior influência sobre as perspectivas de empréstimos de Portugal continua a ser a considerável liquidez de muitos bancos internacionais.

A posição externa de Portugal, o fortalecimento das suas reservas e o seu acesso ao crédito externo devem possibilitar, durante os próximos meses, o ajustamento da política económica do país a uma posição ligeiramente mais expansionista. Por outras palavras, os economistas portugueses podem começar agora a pensar seriamente nos processos de ultrapassar os efeitos negativos sobre a economia interna de mais de dois anos de rígida política económica. De acordo com o último inquérito da Confederação das Indústrias Portuguesas (CIP), a procura interna estagnou virtualmente durante o ano passado.

A lenta taxa de actividade em 1979 não ajudou o desemprego, que é agora avaliado em cerca de 13% da força de trabalho.

Podem esperar-se, nos próximos meses, uma descida das taxas de juro e uma redução da taxa mensal de desvalorização do escudo. O perigo de facilitar a política de crédito consiste, sem dúvida, no facto de poder conduzir a um agravamento do problema da balança de pagamentos de Portugal, embora muitos economistas estejam convencidos de que o país pode manter em 1980 um défice de conta corrente de entre 600 e 700 milhões de dólares (entre cerca de 30 e 35 milhões de contos), na base das suas reservas actuais e da acessibilidade aos fundos externos.

INCERTEZA

Contudo, as perspectivas a curto prazo estão ainda cheias de incertezas. A gestão global da economia não será ajudada pelo que pode vir a ser outro ano de instabilidade política.

Não obstante a maioria alcançada pela Aliança Democrática nas eleições de 2 de Dezembro último, Portugal vai ter novas eleições parlamentares dentro de cerca de oito meses, nos termos da Constituição. É provável que o oportunismo político se sobreponha ao bom senso económico no período intermediário.

A AD comprometeu-se a reduzir a inflação e a combater o desemprego, embora muitas das suas promessas eleitorais possam contribuir para o agravamento de ambos. Por exemplo, as indemnizações às empresas nacionalizadas após a revolução serão feitas à custa do enfraquecimento dos fundos governamentais e podem agravar o défice orçamental.

O Ministério do Plano prevê que a inflação em 1980 pode ser idêntica à taxa de 25% registada no ano anterior.

A AD está convencida de que os oito meses que tem à sua frente são suficientes para que comece a lançar uma grande reestruturação da indústria e da agricultura. A esse respeito deve notar-se que a falta de um plano a médio prazo, resultante de sucessivas crises governamentais, tem impedido progressos nas negociações de Portugal com a CEE.

Nos últimos dois anos a economia portuguesa tem sido caracterizada por expedientes a curto prazo, que têm sido geralmente deflacionários. Têm sido já mencionados os problemas envolvidos na reactivação da economia. Contudo é óbvio que, se Portugal quer aproximar-se do nível de desenvolvimento da CEE, tem de apoiar uma taxa mais elevada de crescimento nos próximos anos.

A Aliança espera que seja possível conseguir-se um crescimento de entre 4 e 5% em 1980, mediante a alteração da lei laboral, da indemnização imediata e da abertura da economia ao sector privado.

Claramente, porém, qualquer tentativa futura a curto prazo de assentar a economia numa base mais sólida será gravemente constrangida por factores externos. Neste contexto, a subida crescente do preço do petróleo terá efeito negativo sobre o défice comercial e o custo da energia. Significativamente, uma recente previsão feita pela Petrogal insistia na necessidade de aumentar em 25%, pelo menos, nos próximos seis meses, os preços da electricidade, dos transportes e dos combustíveis.

Os portugueses, economicamente empobrecidos, parece terem entrado noutro ano de austeridade.